

Juliano Piasentin

abcmais.com/politica

juliano.piasentin@gruposinos.com.br



Falta de luz

Vereador de Novo Hamburgo, Eliton Ávila (Podemos) utilizou a tribuna na sessão ordinária de segunda-feira (10) para criticar a falta de luz no município. “Temos que tomar uma medida mais radical em relação à RGE dentro do que a legalidade nos permite. Acabou a paciência, é um descaso com os contribuintes de Novo Hamburgo o que a RGE está fazendo”, afirmou o parlamentar, que foi seguido por outros colegas com as mesmas reclamações.

Robôs e falta de energia

“Ao entrar em contato com a RGE, hoje a gente conversa com um robô”, afirmou Ávila. Os vereadores devem fazer um convite para que os responsáveis pela empresa pres-tem esclarecimentos no Legislativo hamburguense. Em algumas regiões da cidade as casas permaneceram por mais de 90 horas sem energia elétrica.

Bem-estar animal

A vereadora hamburguense Deza Guerreiro (PP) con-vidou a diretora de Bem-Estar Animal, Greice Maciel, o secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Anderson Bertotti, e a gerente Mirelle Teixeira para falar sobre os desafios enfrentados na causa animal em Novo Hamburgo e a criação da Secretaria do Bem-Estar Ani-mal no município. Eles vão comparecer no Legislativo na sessão ordinária de quarta-feira (12).

Aproximação

Ao anunciar o reajuste de 100% do vale-alimentação aos servidores da Fundação de Saúde Pública de Novo Ham-burgo (FSNH), o prefeito Gustavo Finck (PP) fez um col-lab com o vereador Joelson de Araújo (Republicanos) no Instagram. Joelson também aparece no vídeo publicado na manhã de segunda-feira (10) nas redes sociais. A pu-blicação parece ser um sinal claro de reaproximação do prefeito com o Legislativo. Joelson é um dos parlamenta-res mais críticos à gestão da saúde na cidade.

Registros no TSE

Com o período para registros eleitorais aberto até sá-bado (15), muitas candidaturas de deputados estaduais e deputados federais já foram efetuadas na Justiça Eleito-ral. Para quem tem curiosidade para saber quais os bens são declarados pelos políticos ou confirmar o número e a foto utilizados nas urnas no dia 4 de outubro basta aces-sar o site divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga.

Candidaturas

Além das candidaturas à Assembleia Legislativa e Câ-mara Federal, os eleitores também podem conferir a lista de candidatos ao Piratini, Senado e Presidência da Repú-blica. Todos os dados são públicos e divulgados pelo Tri-bunal Superior Eleitoral (TSE).

Vaquinhas

Desde o mês de maio, apoiadores podem fazer doações para campanhas eleitorais por meio de vaquinhas virtuais. A modalidade permite que eleitores façam doações pela internet para auxiliar no custeio das campanhas. As ar-recadações, porém, só podem ser realizadas por meio de empresas previamente cadastradas e aprovadas pelo TSE.

Vice-líder

Deputado federal e pré-candidato ao Senado, Marcel van Vatterm (Novo) assumiu a 2ª posição no ranking nacio-nal de arrecadação das vaquinhas eleitorais. Até a última sexta-feira (7), Van Hattem já havia arrecadado mais de R\$ 567 mil. A liderança é do candidato à Presidência da Re-pública Renan Santos (Missão), com mais de R\$ 1,2 milhão arrecadados em dois meses e meio. No top 10 aparecem nomes como o deputado federal Kim Kataguiiri (Missão) e o ex-procurador da República Deltan Dallagnol (Novo).

BETTANIN S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS N.º 105

CNPJ/MF n.º 89.724.447/0001-17 - NIRE n.º 43300005666

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 23 de abril de 2026, às 16h (dezesseis horas), de forma virtual, através da plataforma Microsoft Teams, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia BR 116, S/N.º, Km 258, Bairro Novo Esteio, na Cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.270-000. **2. Convocações:** Dispensada a publicação dos editais, face à presença da sua única acionista, nos termos do § 4º, do Artigo 124, todos da Lei n.º 6.404/1976. **3. Presenças:** Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia com direito a voto, conforme assinatura a ser realizada no Livro Eletrônico de Presenças de Acionistas. **4. Composição da Mesa:** Presidente, **Sr. Eduardo Bettanin**, e Secretário, **Sr. André Bettanin**. **5. Publicação:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicadas no “Jornal VS”, na edição do dia 17 de abril de 2026, na folha n.º 26 da versão impressa e na versão digital no link:https://publicidadelegal.gruposinos.com.br/storage/editions/April2026/HeT9yCA7OhWn6WY23vB7.pdf. **6. Ordem do Dia:** **6.1.** Aprovar a lavratura da ata à forma de sumário; **6.2. Em Assembleia Geral Ordinária:** **6.2.1.** Analisar e votar o relatório e as contas dos administradores; examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.2.2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **6.2.3.** Deliberar sobre a reeleição da Diretoria, com mandato para o período de 1º de maio de 2026 até 30 de abril de 2028, bem como a remuneração global mensal dos Diretores. **6.3. Em Assembleia Geral Extraordinária:** **6.3.1.** Aprovar e ratificar os valores dos bônus pagos aos Diretores, Administradores e/ou Gestores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.3.2.** Aprovar e ratificar o cálculo do Programa de Participação nos Resultados (“PPR”), pago aos empregados e Diretores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **6.3.3.** Aprovar e ratificar o Programa de Participação nos Resultados (“PPR”) para os empregados e Diretores da Companhia, para o ano de 2026; **6.3.4.** Deliberar sobre a aprovação e ratificação dos investimentos realizados e/ou a serem realizados pela Companhia; **6.3.5.** Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia; e **6.3.6.** Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. Deliberações:** Sempre por **UNANIMIDADE** dos presentes, conforme ordem do dia: **7.1.** Foi aprovada a proposição de que a lavratura da presente ata fosse à forma de sumário, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei n.º 6.404/1976. **7.2. Em Assembleia Geral Ordinária:** **7.2.1.** Aprovados o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas dos administradores, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **7.2.2.** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 65.286.884,87 (sessenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, e oitenta e sete centavos), na seguinte proporção: (i) R\$ 3.264.344,24 (três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais, e vinte e quatro centavos), destinados à Reserva Legal; (ii) R\$ 220.166,89 (duzentos e vinte mil, cento e sessenta e seis reais, e oitenta e nove centavos), destinados à conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial; e (iii) o saldo remanescente, no montante de R\$ 13.700.515,39 (treze milhões, setecentos mil, quinhentos e quinze reais, e trinta e nove centavos), à Reserva de Retenção de Lucros para futuras deliberações. Os dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025, cuja ata foi devidamente registrada na JUCISRS em 27 de janeiro de 2026, sob o n.º 11518062. **7.2.3.** Aprovada a reeleição da Diretoria da Companhia, com a seguinte composição: **Sr. Eduardo Bettanin**, brasileiro, solteiro, industrial, inscrito no CPF/MF n.º 292.356.180-53, portador da carteira de identidade n.º 2002515051, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Comendador Caminha, N.º 88, Apartamento 1401, Bairro Moínhos de Vento, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.430-030, para o cargo de **Diretor Presidente**; **Sr. Dante Bettanin**, brasileiro, viúvo, industrial, inscrito no CPF/MF n.º 005.364.230-91, portador da carteira de identidade n.º 1001255015, expedida pela SJS/RS, residente e domiciliado na Rua Pedro Lerbach, N.º 610, Bairro Centro, na Cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.265-030, para o cargo de **Diretor Vice-Presi-dente de Tecnologia**; **Sr. João Paulo Dall’Agnol**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão universal de bens, contador, inscrito no CPF/MF n.º 312.647.000-91, portador da carteira de identidade n.º 6014112178, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, N.º 1625, Apartamento 801, Bairro Boa Vista, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-201, para o cargo de **Diretor Administrativo Corporativo**; **Sr. Alexandre Tullini**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF n.º 417.826.310-20, portador da carteira de identidade n.º 3026251722, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Monte Castelo, N.º 2007, Casa 39, Condomínio Viverdas do Parque III, Bairro Nossa Senhora das Graças, na Cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 92.025-370, para o cargo de **Diretor Financeiro Corporativo**; **Sr. Aginaldo Fantinelli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF n.º 600.530.970-68, portador da carteira de identidade n.º 4052241462, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado Rua Alameda das Brisas, Condomínio Itahye, Casa 248, Bairro Tamboré, na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06.537-450 para o cargo de **Diretor de Divisão de Limpeza Doméstica, Profissional e Higiene**; **Sr. Marcelo Higashi**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF n.º 257.471.988-31, portador da carteira de identidade n.º 26576818, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida Bagé, n.º 1292, Apartamento 901, Bairro Petrópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.460-080, para o cargo de **Diretor Industrial Corporativo**; **Sr. Evandro Leorato Machado**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF n.º 539.393.100-00, portador da carteira de identidade n.º 1047593494, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Heller, N.º 218, Apartamento 1202, Bairro Centro, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.510-330, para o cargo de **Diretor de Recursos Humanos Corporativo**; e **Sr. Sergio Marques Dias**, brasileiro, viúvo, engenheiro, inscrito no CPF/MF n.º 157.666.830-49, portador da carteira de identidade n.º 2011880661, expedida pela SSP/RS, residente e domiciliado em Av. Jacui, N.º 312, Apartamento 204, Bairro Cristal, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.810-150, para o cargo de **Diretor de Novas Tecnologias e Expansão**. (i) Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, nem estão condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (ii) O prazo de mandato dos Diretores perdurará até 30 de abril de 2028, prorrogando-se automaticamente até a realização de nova eleição, não podendo exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias. (iii) Fixar a remuneração global mensal dos Diretores da Companhia, para os exercícios de 2026 e de 2027, no valor de até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). **7.3. Em Assembleia Geral Extraordinária:** **7.3.1.** Aprovada a ratificação dos valores dos bônus pagos aos Diretores, Administradores e/ou Gestores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 740.550,81 (setecentos e quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais, e oitenta e um centavos). **7.3.2.** Aprovada a ratificação do cálculo do Programa de Participação nos Resultados (“PPR”), pago aos empregados e Diretores da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor global de R\$ 6.475.526,12 (seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais, e doze centavos). **7.3.3.** Aprovada a ratificação do Programa de Participação nos Resultados (“PPR”), para os empregados e Diretores da Companhia, para o ano de 2026. **7.3.4.** Aprovada a ratificação dos investimentos de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) realizados e/ou a serem realizados pela Companhia. **7.3.5.** Aprovada a alteração do Parágrafo 3º, do Artigo 11, do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigor com a seguinte redação: **“Artigo 11.** Aos Diretores, sempre em conjunto de 02 (dois), são conferidos os poderes normais de administração, competindo-lhes representar a sociedade perante terceiros, ressalvados os casos previstos nos parágrafos a seguir. (...). **Parágrafo 3º.** Para nomear procuradores, com poderes para os atos em geral e especiais, e representá-la judicialmente, os atos serão sempre assinados (a) por 02 (dois) Diretores; ou (b) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos para tal finalidade”. **7.3.6.** Aprovada a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o mesmo a adotar a seguinte redação: **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A sociedade gira sob a denominação de Bettanin S.A., e se regerá pelo presente Estatuto e pelas normas legais vigentes. **Artigo 2º.** A sociedade tem sede e foro na Cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 116, KM 258, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios de representação, depósitos ou outras dependências em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A sociedade tem por objetivo social: **(01)** a indústria, o comércio, a importação, a exportação e a distribuição de: **(a)** produtos e instrumentos de limpeza; limpeza doméstica e institucional; **(b)** artigos têxteis para limpeza; **(c)** artigos de limpeza automotiva; **(d)** saneantes; **(e)** fios e cordas; **(f)** equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal, profissional, individuais e coletivos, roupas e acessórios do vestuário de uso profissional, têxteis e descartáveis; **(g)** artigos de cutelaria; **(h)** produtos de higiene pessoal; artigos de beleza, adornos para uso pessoal, produtos de perfumaria, de tocador, cosmético e dermocosmético; **(i)** broxas para pintura; **(j)** sacos para lixos; **(k)** embalagens em geral; **(l)** artigos e utensílios de utilidade doméstica; **(m)** produtos e máquinas manuais, aparelhos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, eletroeletrônicos; **(n)** inseticidas domésticos e repelentes; **(o)** produtos de uso humano; **(p)** produtos de uso veterinário; **(q)** protetor solar; **(r)** gases, curativos, curativos adesivos, bandagens e ataduras; **(s)** fraldas descartáveis e absorventes higiênicos; **(t)** móveis e seus acessórios; **(u)** sabões; sabonetes e tensoativos de uso pessoal; **(v)** aromatizantes e odorizantes de ambientes; **(02)** a importação de matérias primas, máquinas, moldes, materiais, suas partes e peças; **(03)** serviços de embalagem e acondicionamento de mercadorias em geral; **(04)** serviços auxiliares ao comércio de mercadorias e assistência técnica; **(05)** serviços combinados de escritório e apoio administrativo; **(06)** a indústria, o comércio e a exportação de abrasivos naturais e artificiais, artefatos de espuma sintética de plástico expandido e blocos de espuma de plástico, tecido-não-te-cido (falsos tecidos) e seus artefatos para usos industriais, cabos trellados de aço e semelhantes, artefatos plásticos e monofilamentos; **(07)** a industrialização e a distribuição de aditivos de uso industrial, que são produzidos pelo processo de fabricação de nanotecnologia, os quais tem como objetivo melhorar a performance de produtos que são gerados pelo processo produtivo de cosméticos; **(08)** a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora, minoritária ou coligada. **Artigo 4º.** A sociedade é constituída por prazo indeterminado. **Capítulo II. Capital e Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), dividido em 2.621.797 (dois milhões seiscentos e vinte e uma mil setecentos e noventa e sete) ações, sendo 1.581.267 (um milhão quinhentas e oitenta e uma mil duzentas e sessenta e sete) ações Ordinárias Nominais e 1.040.530 (um milhão quarenta mil e quinhentas e trinta) ações Preferenciais Nominais, todas sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação Ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Poderá ser efetuada a conversão das ações ordinárias nominativas em preferências nominativas, desde que solicitado pelo detentor das mesmas, respeitando o limite previsto em lei e aprovado por acionistas reunidos em Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações preferenci-ais não terão direito a voto, mas terão as seguintes preferências e vantagens: **(a)** prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, por eventual liquidação da sociedade, sendo a seguir reembolsadas as ações ordinárias; **(b)** direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas da companhia; e **(c)** será garantido o pagamento, após a apuração do lucro líquido do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 05% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação. **Parágrafo 3º.** Igualmente será permitida a conversão de ações preferenciais nominativas em ações ordinárias nominativas, desde que solicitado pelo proprietário das mesmas e aprovado por acionistas detentores de, no mínimo, dois terços do capital social, reunidos em Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** Os aumentos de capital social poderão ser feitos, total ou parcialmente, com ações preferenciais, sem que a companhia tenha que guardar a proporção então existente entre estas ações e as ações ordinárias, desde que respeitado o limite máximo previsto em lei. **Capítulo III. Direito de Preferência. Artigo 7º.** Os acionistas, na proporção de suas participações no capital social, terão preferência na aquisição das ações daquele que desejar aliená-las, em igualdade de preço e condições com terceiros. **Parágrafo 1º.** O acionista que desejar alienar suas ações, no todo ou em parte, comunicará, por escrito, tal fato aos demais acionistas, informando a quantidade que pretende vender, o preço e as condições de pagamento, bem como o nome e a qualificação do interessado na sua aquisição, se houver. Os acionistas terão um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da comunicação, para exercerem o direito de preferência que lhes é assegurado neste artigo e para manifestarem seu interesse na aquisição das sobras eventualmente verificadas. **Parágrafo 2º.** Fixado o prazo de 30 (trinta) dias, se algum acionista manifestar interesse na aquisição das sobras eventualmente existentes, terá o prazo de 05 (cinco) dias para adquiri-las. **Parágrafo 3º.** Caso os acionistas não manifestarem interesse em adquirir as ações oferecidas ou manifestem interesse em adquirir apenas parte delas, poderá o acionista ofertante transferi-las, integralmente ou o saldo remanescente, ao pretendente indicado, pelo mesmo preço e condições de pagamento ofertados, nos 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo acima estipulado, sob pena de ter que renovar os procedimentos previstos neste artigo. **Parágrafo 4º.** Serão adotadas, no que couber, os mesmos procedimentos previstos neste artigo caso algum acionista manifeste interesse na cessão do seu direito de preferência à subscção das ações que vierem a ser emitidas pela sociedade. **Capítulo IV. Da Diretoria. Artigo 8º.** A sociedade terá uma Diretoria com o seguinte composição: **Artigo 9º.** A Diretoria será composta por cinco membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Corporativo, um Diretor Financeiro Corporativo, um Diretor Geral, um Diretor Industrial Corporativo, um Diretor de Divisão de Limpeza Doméstica, Profissional e Higiene, um Diretor de Recursos Humanos Corporativo, um Diretor de Supply Chain Corporativo, e um Diretor de Novas Tecnologias e Expansão. **Artigo 9º.** Os Diretores serão acionistas ou não, residentes no País, e farão jus à remuneração que a Assembleia Geral lhes atribuir, sendo-lhes dispensada caução em garantia da gestão. **Artigo 10º.** A Diretoria reunir-se-á anualmente, ou sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus membros, podendo as reuniões serem realizadas fora da sede social quando conveniente aos interesses da Companhia. **Artigo 11.** Aos Diretores, sempre em conjunto de 02 (dois), são conferidos os poderes normais de administração, competindo-lhes representar a sociedade perante terceiros, ressalvados os casos previstos nos parágrafos a seguir. **Parágrafo 1º.** O Diretor Administrativo Corporativo, ou o Diretor Financeiro Corporativo, ou o Diretor de Divisão de Limpeza Doméstica, Profissional e Higiene, ou o Diretor Industrial Corporativo, ou o Diretor de Recursos Humanos Corporativo, ou o Diretor Geral, ou o Diretor de Supply Chain Corporativo, ou o Diretor de Novas Tecnologias e Expansão assinarão sempre em conjunto com o Diretor Presidente, ou com o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia os atos que visem a transigir, desistir, denunciar, adquirir, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis e imóveis do ativo permanente da sociedade, constituir e ceder direitos reais ou pessoais de garantia, tais como, hipotecar, constituir penhor de qualquer natureza, caucionar títulos e direitos creditícios, dar bens móveis e imóveis em alienação fiduciária em garantia; contratar empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo junto a instituições bancárias, autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros gerados durante o exercício social, observada as normas do art. 204, e parágrafos, da Lei n.º 6.404/1976, e o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto a seguir. **Parágrafo 2º.** Dependem de prévia deliberação por unanimidade da Diretoria, constante de Ata lavrada no Livro Próprio, os seguintes atos: **(a)** alienação, permuta ou doação de bens imóveis; **(b)** alteração das linhas de operação da Companhia; **(c)** quaisquer outros assuntos que porventura tenham sido estabelecidos no Acordo de Acionistas, para os quais seja aconselhável a responsabilidade direta da totalidade dos Diretores. **Parágrafo 3º.** Para nomear procuradores, com poderes para os atos em geral e especiais, e representá-la judicialmente, os atos serão sempre assinados **(a)** por 02 (dois) Diretores; ou **(b)** por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos para tal finalidade. **Parágrafo 4º.** Os procuradores, mediante outorga expressa dos respectivos poderes, outorgados em conjunto de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente, ou o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, ou o Diretor Geral, ou o Diretor de Divisão de Limpeza Doméstica, Profissional e Higiene, poderão firmar compromissos em nome da sociedade. **Artigo 12.** Compete, ainda, ao Diretor Presidente presidir as reuniões de Diretoria, usando o voto de qualidade em caso de empate. **Artigo 13.** Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, compete aos membros da Diretoria designar, entre os seus membros, o substituto, o qual, sem prejuízo de suas funções, exercerá as do substituído, até que cesse o impedimento ou ausência. **Artigo 14.** No caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos membros da Diretoria, suas funções serão desempenha-das pelo Diretor Presidente até a primeira Assembleia Geral que venha a se realizar, na qual será eleito o substituto, que permanecerá no cargo até o término do mandato do Diretor que faleceu, renunciou ou se tornou definitivamente impedido. **Parágrafo Único.** Caso o falecimento, renúncia ou impedimento definitivo se dê com o Diretor Presidente, o Conselho de Sócios, na forma do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, se reunirá no prazo de até 90 (noventa) dias para nomear um novo Diretor Presidente. **Artigo 15.** Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Companhia e em virtude de ato regular de sua gestão, porém, responderão civilmente pelos prejuízos que causarem quando agir em culpa ou dolo ou em violação à lei ou disposições do Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Os diretores não são responsáveis por atos ilícitos de outros diretores, salvo se com eles for conveniente, se negligenciar em descobri-los ou, ainda, deixar de agir para impedir a sua prática, extinguindo-se da responsabilidade solidária aquele diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata ou reunião do órgão da administração ou, não sendo possível, dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração. **Capítulo V. Das Assemble-ias. Artigo 16.** As assembleias gerais serão ordinárias, com reunião fixada para todo dia 30 (trinta) do mês de abril de cada ano como data limite de realização e extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Artigo 17.** O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente da Companhia, que convidará um ou dois dos acionistas presentes, ou um Diretor, para servir de Secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 18.** A convocação da Assembleia Geral será feita através de comunicação formal por carta, correio eletrônico, edital ou publicação na imprensa, conforme determina a lei, deles constando a ordem do dia e a data, hora e local da reunião. **Capítulo VI. Do Exercício Social. Artigo 19.** O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que, com base na escrituração social e com observância às normas legais e princípios da contabilidade, a Diretoria elaborará as Demonstrações Financeiras legalmente previstas. **Parágrafo Único.** A companhia poderá, a qualquer momento, levantar balanço intermediário, seja para fins legais e fiscais, distribuição de resultados ou para fins puramente de administração. Poderão ser realizados, a qualquer momento, distribuições e pagamentos de lucros já acumulados ou a título de antecipação do lucro a ser apurado ao final do exercício social. **Artigo 20.** Do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto de renda, as participações estatutárias, a Reserva Legal no percentual de 05% (cinco por cento) e serão distribuídos 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas; o remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre sua destinação. **Artigo 21.** Os dividendos serão pagos até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, salvo se houver deliberação em contrário, porém sempre dentro do exercício social. **Artigo 22.** Os dividendos não reclamados até 03 (três) anos contados da data estabelecida para o pagamento reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII. Da Liquidação. Artigo 23.** A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei e será processada de acordo com esta, cabendo a Assembleia Geral nomear o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar no período da liquidação. **Capítulo VIII. Conselho Fiscal. Artigo 24.** O Conselho Fiscal, quando convocado, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e de 03 (três) a 05 (cinco) membros suplentes, e que somente será instalado e funcionará por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos no § 2º, do Artigo 161, da Lei n.º 6.404/1976 e de forma não permanente. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizará após a sua eleição e poderão ser reeleitos. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá competência prevista em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros e perceberá remuneração fixada pela Assembleia Geral que o eleger, observado o mínimo legal. **Capítulo IX. Das Disposições Gerais. Artigo 25.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de acordo com os preceitos da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelas normas vigentes aplicáveis à matéria. **Artigo 26.** As divergências surgidas entre a Diretoria ao que se refere à administração social serão resolvidas por Assembleia Geral convocada para tal fim. **Artigo 27.** Ficam revogadas todas as disposições em contrário ao estabeleci-do no presente Estatuto Social. **Artigo 28.** Os acionistas respeitarão as disposições do Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia, sob pena de invalidação de seus atos ou decisões, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra o referido acordo. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado ou deliberado, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, e assinada pela mesa. **Mesa:** Eduardo Bettanin – Presidente; e André Bettanin – Secretário. **Acionista:** InBette S.A., representada por seu Diretor Presidente, Eduardo Bettanin, e seu Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dante Bettanin. Certifica-se que a presente ata foi emitida em 01 (uma) via e será cópia fiel da ata a ser lavrada no livro eletrônico, arquivado na sede da Companhia. Esteio, RS, 23 de abril de 2026. **Eduardo Bettanin** - Presidente; **André Bettanin** - Secretário; **Josiane Castro de Oliveira Rampon** - OAB/RS n.º 85.917. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certidão registro sob o n.º 11773978 em 25/05/2026 da Empresa BETTANIN S.A., CNPJ/89724447000117 e protocolo 262010704 - 22/05/2026. Autenticação: 78BA5F5F08207F951254B56BAB68BF38258F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.